

	Referências - Farmácia
1	Ansel, Howard.C. Manual de Cálculos Farmacêuticos. Artmed, 1ª edição,2005.
2	Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência Farmacêutica no SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília : CONASS, 2007. Disponível em <a href="http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/colec_progestores_livro7.pdf">http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/colec_progestores_livro7.pdf</a> . Acesso em: 30 janeiro 2020.
3	BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 jun. 2011. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm</a> . Acesso em: 30 janeiro 2020.
4	BRASIL. Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014. Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Executivo, Brasília, DF, 11 ago. 2014. Edição extra Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13021.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13021.htm</a> . Acesso em: 30 janeiro 2020.
5	BRASIL. Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 dez. 1973 e retificado em 21 dez. 1973 Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5991.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5991.htm</a> . Acesso em: 30 janeiro 2020.
6	BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jun. 1993, republicado em 6 jul. 1994 e retificado em 6 jul. 1994. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm</a> . Acesso em: 30 janeiro 2020.
7	BRASIL. Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999. Altera a Lei no 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 fev. 1999. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9787.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9787.htm</a> . Acesso em: 30 janeiro 2020.
8	BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medicamentos Fracionados. Guia para farmacêuticos. Disponível em: <a href="http://portal.anvisa.gov.br/documents/33836/352304/farmaceuticos.pdf/d13481b4-2853-4f5b-9cc1-e044fc4f3d89">http://portal.anvisa.gov.br/documents/33836/352304/farmaceuticos.pdf/d13481b4-2853-4f5b-9cc1-e044fc4f3d89</a> . Acesso em: 30 janeiro 2020.
9	BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Farmacopeia Brasileira, 6º edição. Disponível em: <a href="http://portal.anvisa.gov.br/documents/33832/259143/VolumeI+Pronto.pdf/4ff0dfe8-8a1d-46b9-84f7-7fa9673e1ee1">http://portal.anvisa.gov.br/documents/33832/259143/VolumeI+Pronto.pdf/4ff0dfe8-8a1d-46b9-84f7-7fa9673e1ee1</a> . Acesso em: 30 janeiro 2020.
10	BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC/ANVISA nº 306, de 7 de dezembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos dos serviços de saúde. Disponível em: <a href="http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/2568070/res0306_07_12_2004.pdf/95eac678-d441-4033-a5ab-f0276d56aaa6">http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/2568070/res0306_07_12_2004.pdf/95eac678-d441-4033-a5ab-f0276d56aaa6</a> . Acesso em: 30 janeiro 2020.
11	BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC/ANVISA nº 80, de 11 de maio de 2006. Dispõe sobre o fracionamento de medicamentos em farmácias e drogarias. Disponível em: <a href="http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2006/rdc0080_11_05_2006.html">http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2006/rdc0080_11_05_2006.html</a> . Acesso em: 30 janeiro 2020.
12	BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC/ANVISA nº 67, de 8 de outubro de 2007. Dispõe sobre boas práticas de manipulação de preparações magistrais e oficiais para uso humano em farmácias. Disponível em: <a href="http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/2568070/RDC_67_2007.pdf/b2405915-a2b5-40fe-bf03-b106acbdcf32">http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/2568070/RDC_67_2007.pdf/b2405915-a2b5-40fe-bf03-b106acbdcf32</a> . Acesso em: 30 janeiro 2020.
13	BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC/ANVISA nº 36, de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Disponível em: <a href="http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html">http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html</a> . Acesso em: 30 janeiro 2020.

14	BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC/ANVISA nº 44, de 26 de outubro de 2010. Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição médica, isoladas ou em associação e dá outras providências. Disponível em: <a href="http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0044_26_10_2010.html">http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0044_26_10_2010.html</a> . Acesso em: 30 janeiro 2020
15	BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC/ANVISA nº 58, de 10 de outubro de 2014. Dispõe sobre as medidas a serem adotadas junto à Anvisa pelos titulares de registro de medicamentos para a intercambialidade de medicamentos similares com o medicamento de referência. Disponível em: <a href="http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2014/rdc0058_10_10_2014.pdf">http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2014/rdc0058_10_10_2014.pdf</a> . Acesso em: 30 janeiro 2020.
16	BRASIL. Ministério da saúde. Coordenação de controle hospitalar. Guia básico para a farmácia hospitalar. Brasília, 1994. 174p. Disponível em: <a href="http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/partes/guia_farmacia1.pdf">http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/partes/guia_farmacia1.pdf</a> . Acesso em: 30 janeiro 2020.
17	BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.616, de 12 de maio de 1998. Dispões sobre diretrizes e normas para a prevenção e o controle das infecções hospitalares. Disponível em: <a href="http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt2616_12_05_1998.html">http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt2616_12_05_1998.html</a> . Acesso em: 30 janeiro 2020
18	BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.916, de 30 outubro de 1998. Aprova a Política Nacional de Medicamentos. Disponível em: <a href="http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916_30_10_1998.html">http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916_30_10_1998.html</a> . Acesso em: 30 janeiro 2020
19	BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 4.283, de 30 dezembro de 2010. Aprova as diretrizes e estratégias para organização, fortalecimento e aprimoramento das ações e serviços de farmácia no âmbito dos hospitais. Disponível em: <a href="http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Portaria%204283%20de%2030%20de%20dezembro%20de%202010.pdf">http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Portaria%204283%20de%2030%20de%20dezembro%20de%202010.pdf</a> . Acesso em: 30 janeiro 2020
20	BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente. Disponível em: <a href="http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html">http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html</a> . Acesso em: 30 janeiro 2020
21	BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Segurança do Paciente: estado da arte e perspectivas. Disponível em <a href="http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/junho/03/2.c%20-%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20PNSP%20-%20setembro_2013.pdf">http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/junho/03/2.c%20-%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20PNSP%20-%20setembro_2013.pdf</a> . Acesso em: 30 janeiro 2020
22	BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de medicamentos 2001/Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <a href="http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_medicamentos.pdf">http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_medicamentos.pdf</a> . Acesso em: 30 janeiro 2020.
23	BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Gerência Técnica de Assistência Farmacêutica. Assistência Farmacêutica: instruções técnicas para a sua organização / Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Gerência Técnica de Assistência Farmacêutica - Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <a href="http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd03_15.pdf">http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd03_15.pdf</a> . Acesso em 30 janeiro 2020
24	BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância Sanitária. Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 1998. Disponível em: <a href="http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0_2_05_1998_rep.html">http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0_2_05_1998_rep.html</a> Acesso em: 30 janeiro 2020.
25	BRUNTON, L. L.; CHABNER, B. A.; KNOLLMAN, B. C. As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman & Gilman. 12. ed. São Paulo, SP: Artmed, 2012. ISBN 9788580551 .
26	CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução nº 354, 20 de setembro de 2000. Dispõe sobre a assistência

	farmacêutica em atendimento pré-hospitalar e as urgências/emergências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 out. 2000. Seção 1, p. 23. Disponível em: <a href="http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/354.pdf">http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/354.pdf</a> . Acesso em: 30 janeiro 2020.
27	CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução nº 596, de 21 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares. Disponível em: <a href="http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/596.pdf">http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/596.pdf</a> . Acesso em: 30 janeiro 2020
28	CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 338, de 6 de maio de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 maio 2004. Disponível em: <a href="http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0338_06_05_2004.html">http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0338_06_05_2004.html</a> . Acesso em: 30 janeiro 2020.
29	CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA. Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 maio 2005, Seção 1, p. 63-65. Disponível em: <a href="http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=462">http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=462</a> . Acesso em: 30 janeiro 2020
30	Destruti, Ana Beatriz C.B - Noções Básicas de Farmacotécnica , Editora SENAC São Paulo; Edição: 1 (28 de março de 2017)
31	Encarte FARMÁCIA HOSPITALAR. Gestão de Compras em Farmácia Hospitalar. Número 16 - Março/Abril/Maio 2012. Disponível em <a href="http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/137/encarte_farmAcia_hospitalar_85.pdf">http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/137/encarte_farmAcia_hospitalar_85.pdf</a> . Acesso em 30 janeiro 2020
32	GOMES, M. J. V. M.; REIS, A. M. M. Ciências farmacêuticas: uma abordagem em farmácia hospitalar. São Paulo: Atheneu, 2000. 558p
33	KATZUNG, B. G.; MASTERS, S. B.; TREVOR, A. J. (Org.). Farmacologia básica e clínica. 12. ed. Porto Alegre, RS: AMGH, 2014. 1228 p. ISBN 9788580552263.
34	Organização Mundial da Saúde. Departamento de Medicamentos Essenciais e Outros Medicamentos. A importância da Farmacovigilância / Organização Mundial da Saúde – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. (Monitorização da segurança dos medicamentos). Disponível em <a href="http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/importancia.pdf">http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/importancia.pdf</a> . Acesso em 30 janeiro 2020.
35	RANG, H. P. et al. Farmacologia. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2016. 760 p. ISBN 9788535283433
36	RIBEIRO, E. Sistemas de distribuição de medicamentos para pacientes internados. In: STORPIRTIS, S.; MORI, A. L. P. M.; YOCHIY, A.; RIBEIRO, E.; PORTA, V. Farmácia clínica e atenção farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p.161-170,2008.